



480ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia três de maio de 2012, na sala 7 da Escola de Governo do Distrito Federal, reuniu-se a quadringentésima octogésima reunião ordinária do CONEN, sob a presidência do conselheiro Mário Gil Guimarães, e presentes os conselheiros: Antônio Raimundo Negrão Costa, Aryadne Márcia Argolo Muniz, César Ricardo Rodrigues da Cunha, Daisy Rotávio Jansen Watanabe, Edilson da Silva Santos, Francisco Ramalho Medeiros, Isanete Soares de Oliveira, Maj José do Nascimento Martins, Laura Beatriz Castelo Branco Alves, Lídia Dourado Clímaco, Lívia Márcia Faria e Silva, Luiz Alexandre Gratão Fernandes, Cel. Luiz Geraldo Matheus Figueira, Maraisa Bezerra Lessa, Maria do Socorro Paiva Garrido, Osmar Alves de Melo, Rosimary Soares Antunes Rainha e ausentes: Conselheira Olga Maria Pimentel Jacobina de Souza, em gozo de licença à maternidade, e o conselheiro Cel. Julio Cesar Pimentel de Santana por viagem a serviço. A seguir serão resumidas, na ordem cronológica em que foram abordadas, as discussões e deliberações. O presidente declarou aberto à plenária e iniciou os trabalhos pedindo aprovação da ata da plenária anterior disponibilizada no site; Conselheiro Ramalho sugeriu que a publicação deveria ocorrer somente após a aprovação por este colegiado. Conselheira Isanete falou que a sugestão inicial era de passar para o email dos conselheiros para que, após leitura e aprovação, seria publicada no site e no Diário Oficial; Presidente então solicitou a leitura da ata da plenária anterior e solicitou a Secretaria Executiva para tomar as providências conforme sugerido pelos conselheiros; Secretário Executivo fez a leitura da ata e então o presidente abriu para debates; Conselheira Maria Garrido pediu para retificar que sua ausência na plenária anterior foi por motivos de férias. Não havendo mais alterações presidente solicitou aprovação, onde depois de votado foi aprovado por todos. Dando continuidade aos trabalhos o presidente fez a leitura do primeiro item da pauta que fala sobre as Câmaras Técnicas e apresentou um resumo das decisões deste conselho para o funcionamento; Informou que na próxima plenária será apresentada uma minuta da resolução para aprovação e publicação. Presidente ainda sugeriu aguardar parecer da assessoria jurídica referente a provocação feita por este conselho sobre a decisão do colegiado na relação das reuniões versus a Lei 4.585/2011. Conselheiro Antônio Negrão sugeriu o início imediato dos trabalhos das Câmaras Técnicas; Conselheira Isanete pediu sua inclusão na câmara de Educação e Pesquisa; Presidente informa que o início dos trabalhos depende da publicação de resolução que institui as Câmaras Técnicas, suas atividades e responsabilidades; Sugeriu ainda que seja encaminhada para todos os conselheiros a minuta da resolução para que todos possam ler e aprovar na próxima plenária. Passando para o segundo item da pauta, o presidente concedeu a palavra para o conselheiro Negrão para falar sobre a exigência de exames laboratoriais quando do acolhimento em comunidades terapêuticas; Conselheiro Negrão pediu para passar o tema para próxima reunião tendo em vista a complexidade do tema faz necessário um parecer normativo do Conselho Regional de Medicina, que ele já solicitou porém não obteve o retorno para levar a discussão neste conselho; Conselheira Rosimary pediu a atenção dos conselheiros para o tema e lembrou daqueles que atendem na ponta, nas comunidades terapêuticas, quando do recebimento dependentes em situação de abstinência, ou aquelas pessoas em situação de rua sem qualquer histórico de saúde; lembrou a conselheira que em muitos casos os exames são exigidos por uma questão de se preservar a saúde do próprio residente, daqueles que estão em tratamento naquela instituição e até dos servidores da comunidade. Conselheiro Cesar disse que independente desse resultado, é necessário solicitar os exames, para que se evite um acidente com o residente, na condução do seu tratamento; Conselheiro Ramalho pediu para contribuir no debate e informou que na sua comunidade, a Comunidade Terapêutica Força Pra Vencer, o processo de acolhimento busca-se o máximo de informações possíveis e, após um ou dois dias, providencia o encaminhamento ao CAPs AD ou ao posto de saúde para realização dos exames que são necessários; o presidente então concordou com o parecer do conselheiro Antônio Negrão pedindo para incluir para a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA.
CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS
DO DISTRITO FEDERAL



próxima plenária o tema. Dando continuidade aos trabalhos o presidente passou para o terceiro item da pauta falando da reunião de adesão do GDF ao plano de enfrentamento ao crack e outras drogas do Governo Federal; presidente fez um resumo das ações adotadas nesta reunião e por fim anunciou a portaria nº 62 de 17 de abril de 2012, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, que estabeleceu as ações prioritárias no Distrito Federal; Conselheiro Ramalho questionou porque este conselho não foi avisado e/ou convidado a participar desta reunião; Ainda o conselheiro, os integrantes deste conselho não estão sendo informados dos eventos que acontece, ou quando recebe é pouco antes da hora do evento acontecer; Presidente fez uma explanação do que compete a este conselho; explicou que tratava-se de uma reunião governamental marcada pelo Governo Federal e que, ele presente, não só estava como Subsecretário de Política sobre Drogas, como também, como presidente do conselho, no que fosse necessário a ser representado; Ainda o presidente, este conselho tem trabalhado em alimentar todos os conselheiros de matérias e informações de eventos por email, e que o questionamento trata-se de uma visão de tempos passado deste CONEN. Concluindo a fala, o presidente citou a conselheira Dayse por estar presente em diversos eventos que envolve a temática e que está sempre enviando a este conselho todo e qualquer anuncio de evento, e que repassado para todos os demais conselheiros. Dando continuidade aos trabalhos o presidente passou a palavra para conselheira Maraisa Lessa para leitura do relatório e parecer referente a vistoria de Concessão de Entes e Agentes Antidrogas – CEAAD/DF solicitado pela comunidade terapêutica SALVE A SAI, onde concluiu seu relatório com o parecer avaliatorio de concessão de registro definitivo à comunidade, ou seja, três anos. Após debates, o presidente abriu para votação onde todos os conselheiros aprovaram o parecer do relator. Dando continuidade à pauta o presidente passou para assuntos gerais; dando a palavra a conselheira Maria Garrido que fez um breve resumo sobre reunião ocorrida no MPDFT com comunidades terapêuticas; a conselheira fez uma breve explanação sobre as reivindicações das comunidades com relação ao atendimento junto aos órgãos da saúde e também sobre o processo de credenciamento de vagas junto a Secretaria de Justiça; finalizou a conselheira informando que da reunião sairá uma ata com previsão para um proximo encontro. Conselheira Isanete pediu a palavra para falar sobre uma situação flagrada em semáforos, de venda de objetos por pessoas de comunidades terapêuticas; Conselheira fez uma identificação como sendo da comunidade do conselheiro Sérgio, ou seja, a instituição Força para Vencer, e que não é a primeira vez que essa situação já foi identificada; O presidente sugeriu a convocação do conselheiro Sérgio para esclarecimentos; que este tema é de extrema importância para ser desenvolvida nas Câmaras Técnicas e, também, para proxima plenária, a base legal para expedição de resoluções normativas deste conselho para as comunidades terapêuticas instaladas no Distrito Federal e Entorno; Presidente faz homenagem ao Conselheiro Alexandre Gratão pela grande apreensão de drogas ocorrido pela CORD – Coordenadoria de Repressão às Drogas, sob a coordenação do conselheiro; Presidente apresentou resultado do processo nº 400.000067/2012 que concluiu na legalidade do recebimento de jeton por parte dos representantes do estado, e deixou a disposição o processo para quem quiser dar vistas. Conselheiro Ramalho pede para ser levada a este conselho a questão das comunidades terapêuticas que estão sendo forçadas a receber pessoas com problemas mentais, e não de dependência química. Pede esclarecimentos aos representantes da SES sobre as internações e como funciona. O presidente anunciou que a SUBAD estará iniciando um trabalho de visita às comunidades terapêuticas, preferencialmente as cadastradas no CONEN, depois as não cadastradas e que estará informando antecipadamente aos conselheiros para aqueles que queiram acompanhar. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e cinco minutos foi dada por encerrada a sessão. E, para constar, eu, Alexandre Rocha, redigi, lavrei e datei o presente ata que, após lida, vai assinada por mim e pelo presidente, Sr. Mário Gil Guimarães.

MÁRIO GIL GUIMARÃES
Presidente

ALEXANDRE ROCHA DE MATOS
Secretário Executivo

